

O segundo ato do drama do endividamento internacional

do Financial Times (*)

INTERCANTIL 30 NOV 1983

Dívida Externa

A cortina finalmente desceu para o primeiro ato do drama do endividamento internacional. Após a decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI), no dia 22, de reiniciar seus empréstimos ao Brasil, o país com a maior dívida no mundo utilizará seus novos créditos para saldar os atrasos de suas dívidas passadas. Mas seria um erro concluir a partir desta coordenação favorável que toda a história chegou agora a um final feliz.

As autoridades monetárias, os bancos e os países em desenvolvimento conseguiram até agora ganhar tempo, principalmente. Dizer isto não é menosprezar seu desempenho inventivo e às vezes heróico, já que o tempo é o ativo mais precioso em qualquer crise de liquidez. É duvidoso, entretanto, que os atuais acertos produziram tempo suficiente para todos os países envolvidos ou possam ser usados para ganhar mais tempo no futuro.

O empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões colocou à prova a paciência e a boa vontade dos banqueiros quase até o ponto de rompimento — eles contribuiram com o dinheiro dentro do prazo desta vez, mas muitos banqueiros afirmam agora que quase qualquer alternativa seria preferível

a outra rodada nesse jogo de força e equilíbrio à beira do precipício, no próximo ano. A credibilidade da "chancela de aprovação" do FMI também foi enfraquecida por interrupções e falsas partidas em seus programas — não só no Brasil mas também na Argentina, no Chile e em outros países.

Enquanto isso, no mundo industrial cresce o ressentimento sobre os esforços implacáveis dos países em desenvolvimento para expandir as exportações e diminuir as importações, com o objetivo de forçar suas economias a cumprir as metas negociadas com o FMI.

Pior de tudo, alguns dos próprios países em desenvolvimento estão chegando à conclusão de que os atuais acertos não conseguem durar. Muitos governos estão dispostos a tomar o remédio amargo por alguns anos, enquanto seus países passam por agitações, que são inevitáveis de qualquer modo, na reforma de suas instituições políticas. Mas a volta gradual à autoconfiança política e à democracia em grande parte da América Latina pode aumentar e não reduzir a pressão por condições de ajustamento mais suaves.

Deste modo, uma solução mais duradoura para a crise do endividamento pode-

rá ainda ser exigida. Depois de um ano de experiência, é pelo menos possível identificar alguns dos critérios que essa solução teria de satisfazer. Deveria começar com o reconhecimento de que cada país enfrenta um problema um tanto diferente. Existem alguns para os quais meramente "ganhar tempo" através de reescalonamento e financiamento normais pode ser suficiente — o México apresenta no momento sinais de ser o caso. Esses países precisam ser convencidos de que estarão em melhor situação com o cumprimento de seus compromissos da forma normal, em vez de pedir tratamento especial.

Quando o tratamento especial é necessário, sua finalidade principal precisa ser reintegrar os países envolvidos, com uma rapidez razoável, ao mercado mundial e reativar os níveis de crescimento compatíveis com seu potencial produtivo subjacente. Isto pode significar o afrouxamento da imposição do serviço da dívida externa que os forçou a deflacionar suas economias e distorcer seus modelos comerciais. Mas, em troca por esse afrouxamento, eles seriam especialmente obrigados a seguir políticas econômicas firmes. Estas deveriam incluir, de preferência, não apenas metas macroeconô-

micas endossadas pelo FMI mas também políticas industrial, de preço, comercial e de mercado de trabalho acertadas com o Banco Mundial.

Para reduzir as restrições externas, os bancos terão, em alguns casos, de deixar de cobrar parte dos juros a eles devidos, pelo menos temporariamente. Mas quaisquer novos acordos devem proporcionar mais estabilidade e segurança de longo prazo aos banqueiros e aos tomadores de empréstimo. Estes devem conseguir prever seus compromissos de juros por alguns anos vindouros. Os bancos devem obter um quadro mais claro do volume de juros que terão de converter em novos empréstimos de longo prazo e quanto terão de considerar irrecuperável.

Embora os acionistas dos bancos tenham de perder algum dinheiro, seus prejuizos devem ser limitados e distribuídos por um período de tempo para se manter a confiança no sistema bancário. As autoridades monetárias terão de fazer compromissos mais claros em proteger os depositantes, e os governos terão de aceitar uma parcela da carga financeira, mesmo que seja através de seus sistemas fiscais, ao permitir aos bancos maiores reservas para prejuizos devidos dos impostos.

Os acionistas dos bancos poderiam também ter alguma perspectiva de beneficiarem-se da recuperação a longo termo das economias que estão ajudando.

Em resumo, os termos de "tratamento especial" precisam ser os mais duros possíveis, sujeitos à condição de que não distorçam o comércio internacional e prejudiquem a capacidade de os tomadores terem crescimento a médio prazo. As consequências políticas para os países que exigem tratamento especial devem oferecer-lhes um desafio, mas ser menos desagradáveis do que as consequências da uma inadimplência.

Muitas ideias foram apresentadas para enfrentar na essência a crise da dívida internacional. No clima de emergência que prevaleceu durante a maior parte do último ano, quando a restauração da confiança no sistema bancário e da prudência no Terceiro Mundo, foi preponderante, essas ideias não podiam ser examinadas seriamente. Mas agora chegou a hora de os banqueiros e os governos dos países industrializados preparam-se para o próximo ato do drama da dívida.

(*) Editorial principal do jornal inglês, publicado no último dia 24.